

Novas derrotas elevam pressão por mudanças na articulação

Além de 'saindinha' e fake news eleitoral, governo viu parlamentares imporem reverses sobre armas e agenda de costumes

RENATA AGOSTINI, CAMILA TURTELLI, JENNIFER GUARTE, ALICE RAVO E SÉRGIO ROSSO publicam@globo.com.br

A nova leva de derrotas do governo no Congresso expôs mais uma vez os problemas da articulação política e elevou a pressão por mudanças na estratégia de relação com os parlamentares. Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendem uma postura mais incisiva e que alcance um número maior de pautas, já que há uma crítica de que os esforços hoje estão concentrados somente na agenda econômica. Os reverses vão provocar uma nova rotina de reuniões no Palácio do Planalto, como mostrou a colunista Bela Megale, e levaram o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), a revelar ontem a avaliação estermada pelo próprio presidente sobre a necessidade de melhorar a articulação.

Além da derrubada do veto presidencial ao ponto central da lei que restringe saídas temporárias de presos e da manutenção da decisão, tomada ainda na gestão de Jair Bolsonaro, de dificultar a punição à disseminação de notícias falsas eleitorais, a gestão Lula acumulou outras derrotas na noite de terça-feira.

Na mesma sessão do Congresso foi derrubado também um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que desestimula a destinação de verbas do Executivo a ações favoráveis ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ao aborto e à agenda LGBTQIA+. O item foi incluído na norma a partir de uma emenda do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e foi barrado por Lula em seguida.

A sessão da Câmara seguinte à reunião do Congresso também reservou outro resultado negativo: deputados aprovaram um projeto que susta pontos do decreto de armas do Executivo, como proibição de que clubes de tiro fiquem a menos de um quilômetro de escolas. Este texto ainda precisa do aval do Senado, onde a tendência é que não seja pauta prioritária.

Em consequência ao dia negativo, integrantes da base aumentaram o tom das cobranças por mudanças. Apesar de ter minimizado os resultados, Jacques Wagner afirmou que o presidente reconheceu a necessidade de um rearranjo.

Ele (Lula) está absolutamente tranquilo. O balanço que a gente precisa melhorar a nossa organização nesse processo de governo e legislativo. Vai envolver

Líder, Raulo de Rodrigues saiu do Senado depois de reunião com Lula

Na mesma sessão do Congresso foi derrubado também um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que desestimula a destinação de verbas do Executivo a ações favoráveis ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ao aborto e à agenda LGBTQIA+. O item foi incluído na norma a partir de uma emenda do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e foi barrado por Lula em seguida.

BRENO CARVALHO



Sessão do Congresso. Avaliação de aliados do governo é que Planalto se contentou com o veto ao calendário de emendas e não se empenhou em outros temas

OUTROS REVERSES



Regras para armas
A Câmara aprovou projeto que susta pontos do decreto de armas do governo, como proibição de que clubes de tiro fiquem a menos de um quilômetro de escolas e restrição do acesso civil a armas e munições de maior potencial ofensivo. O texto ainda precisa do aval do Senado.



Boicote ao MST
O Congresso derrubou veto de Lula a um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que desestimula a destinação de verbas para ações de mudança de senso em crianças, para realização de abortos não previstos em lei e desconstrução do conceito de família tradicional.



Pauta de costumes
Esse artigo da LDO, fruto de emenda do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), também proíbe repasse de recursos para cirurgias de mudança de sexo em crianças, para realização de abortos não previstos em lei e desconstrução do conceito de família tradicional.

uma sistemática de acompanhamento mais próximo — disse o senador, após conversa com Lula.

Em uma linha semelhante, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), ressaltou a importância de o governo se organizar da "melhor forma possível". Como parte da estratégia, Lula vai intensificar a participação e, a exemplo do que já fez ontem, passará a se reunir toda semana com Wagner e os líderes do governo no Congresso, Raulo de Rodrigues (sem partido-AP), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), além do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) — até agora, os encontros semanais do presidente ocorriam apenas com o Padilha.

Aliados, no entanto, cobram uma guinada maior. Um grupo ressalta que a estratégia atual do Planalto vem dando à oposição vitórias sem que haja "combate". A essa percepção, somase o diagnóstico de que, como o governo não se posiciona firmemente, fica "barato" para os parlamentares do Centro aderirem ao lado bolsonarista. No caso específico da sessão do Congresso, a avaliação é que o Planalto se contentou em ganhar com a manutenção do veto ao calendário para o repasse de emendas e não se empenhou como deveria nos outros temas.

A fragmentação da articulação também é apontada como um obstáculo. Padilha conversa com líderes partidários, mas não com o presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tarefa que cabe ao ministro Rui Costa (Casa Civil). Raulo de já foi alvo de críticas de Lira e é visto por parte da base como um nome sem interlocução necessária para a função. Já em relação a Guimarães, uma ala faz o diagnóstico de que seria necessário mais trapejo com a oposição e mais independência em relação a Lira.

No Planalto, existe uma avaliação de que o rompimento de Lira com Padilha sobrecarrega o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que fica obrigado a "deser" com mais frequência para a articulação.

Ao longo do ano passado, mesmo em momentos de tensão com o Congresso, o discurso no governo sempre foi que a agenda econômica

estava andando. Neste ano, porém, no Ministério da Fazenda, o sentimento é que os projetos de interesse da pasta também estão travados. Como exemplo são citadas oito propostas de facilitação do crédito, uma das bandeiras de Lula, que estão com a tramitação parada.

TROCASCAM PARA DEPOIS
Ainda que no meio da turbulência, não são esperadas para agora trocas em nomes, tampouco uma reforma ministerial. O Planalto deve segurar a pressão e deixar as mudanças para o segundo semestre. O núcleo mais próximo ao presidente afirma que as alterações no primeiro escalão do governo serão guiadas pela correlação de forças entre os partidos após as eleições e a disputa pelo comando da Câmara.

Esse conteúdo leva em conta o peso com o qual os partidos saíram das urnas e o cenário acirrado da sucessão de Lira, disputa em que o Planalto quer ao máximo evitar atritos. Os principais pré-candidatos já colocados são de partidos da base: Elmar Nascimento (União-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP), Antônio Brito (PSD-BA) e Ismael Buhles (MDB-AL). Neste contexto, é avaliada a chance de negociar a entrada no governo de postulantes à cadeira de Lira, reduzindo o número de participantes da corrida. (Colaboração Julia Nisio).

Maioria dos pré-candidatos votou para restringir 'saindinhas'

Nesse grupo de parlamentares, 62% foram a favor de derrubar veto de Lula

LUÍSA MARZULLO luisa.marzullo@globo.com.br

A derrubada do veto do presidente Lula à restrição das 'saindinhas' de presos contou com o endosso da maior parte dos deputados que se declaram pré-candidatos nas eleições municipais. Entre os 79 parlamentares que devem disputar prefeituras em outubro deste

ano, 62% (49) foram contrários à decisão presidencial. Treze deputados ainda se ausentaram da sessão, fazendo com que apenas 20% (16) dos pré-candidatos estivessem alinhados aos interesses do governo federal.

Partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, o PSB teve três postulantes que votaram para derrubar o veto. Tataru Amaral (SP), que irá disputar

em São Paulo; Duarte Júnior, pré-candidato em São Luís; e Luciano Ducci, que pretende concorrer em Curitiba. Apesar de estarem no mesmo partido, os três enfrentam situações diferentes no que diz respeito ao apoio do governo federal nas eleições.

Em São Paulo, Lula apoia Guilherme Boulos (PSOL). Já Duarte Júnior, que integra o antigo grupo político do



Olho no eleitor. A petista Maria do Rosário votou contra decisão de Lula

ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve contar com o presidente em seu palanque. Na capital paranaense, a Exe-

cutiva Nacional do PT aprovou aliança com Ducci. No próprio PT, partido de Lula, houve dissidências. Pré-candidata à prefeitura de

Porto Alegre, Maria do Rosário contrariou a orientação do governo.

Outros cinco petistas que pleiteiam legenda no pleito de outubro se ausentaram: Denise Pessóla (Caxias do Sul), Dimas Gadelha (São Gonçalo), Leonardo Monteiro (Governador Valadares), Waldenor Pereira (Vitória da Conquista) e Ze Neto (Feira de Santana).

Nas capitais dos três principais colégios eleitorais do país — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais — a maioria dos pré-candidatos parlamentares votou pela derrubada do veto. No Rio-São Paulo, as exceções são os nomes apresentados pelo PSOL, Tarcisio Motta e Guilherme Boulos, respectivamente.

Mendonça diz que mudança não vale para quem já tinha o benefício

DANIEL GULLINO daniel.gullino@globo.com.br

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a lei que restringiu as saídas temporárias de

presos, conhecidas como 'saindinhas', não pode retroagir para quem já estava cumprindo pena. Mendonça fez a avaliação ao garantir o benefício a um detento e a decisão vale apenas para esse caso específico.

A nova lei proibiu a saída temporária ou trabalho externo para quem foi condenado por crime hediondo ou cometido com grave ameaça. Mendonça afirmou, contudo, que a legislação só pode retroagir caso

benefício o réu.

"Assim, entendido pela impossibilidade de retroação da Lei nº 14.836, de 2024, no que toca à limitação aos institutos da saída temporária e trabalho externo para alcançar aqueles que cumprem

pena por crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa — no qual se enquadra o crime de roubo —, cometido anteriormente à sua edição", argumentou o ministro, sem decisão de terça-feira.

Mendonça analisou o pedido de um homem que está preso em Minas Gerais, por roubo com uso de arma, e teve autorização para saída temporária e trabalho externo revogada. Ele recorreu ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas os pedidos foram negados.